

# **CENTRE FOR BRAZILIAN STUDIES**

UNIVERSITY OF OXFORD

## **Segurança pública e trabalho policial no Brasil**

Tulio Kahn

Working Paper Number  
CBS-51-04

Centre for Brazilian Studies  
University of Oxford  
92 Woodstock Rd  
Oxford OX2 7ND

## **Segurança pública e trabalho policial no Brasil\***

*Tulio Khan  
Director, Planning and Analysis Division,  
Secretaria de Segurança Pública, São Paulo*

**Working Paper  
CBS-51-04**

### **Abstract**

This paper reviews trends in police violence reported in aggregate data and perceptions of police efficiency, performance, and violence from surveys designed by researchers at IDESP of both citizens in São Paulo city and police officers. New community police forces are also discussed in terms of operational effectiveness, and perceptions by citizens at large and fellow officers from other police corps.

## **Resumo**

Este trabalho trata da violência pública e do trabalho policial. Dados agregados sobre violência policial, resultados de pesquisas sobre violência realizadas pelo IDESP em uma amostra da população do município de São Paulo, e um estudo sobre membros do corpo policial evidenciam novas percepções, públicas e internas à corporação policial, da violência e do trabalho policial. A pesquisa também apresenta dados sobre o impacto da nova polícia comunitária e percepções sobre a eficiência de seu trabalho.

A informação é a principal matéria prima do trabalho policial, tanto a informação “macro” sobre as tendências e características do crime em determinadas áreas quanto à informação “micro”, que leva ao desbaratamento de quadrilhas e a prisão de suspeitos. A eficiência do trabalho da polícia está em boa parte na dependência da confiança e da colaboração espontânea da comunidade: quando as pessoas confiam na polícia, notificam os crimes de que foram vítimas, testemunham na justiça para criminosos sejam presos; fornecem informações sobre o paradeiro de criminosos procurados. Quando não existe esta relação de confiança, o que impera é a lei do silêncio, a sub-notificação de crimes, a liberação de suspeitos por ausência de provas. Para a polícia, nestas circunstâncias, restam outros meios para a obtenção de informação: os informantes, a barganha e, não raramente, a tortura de suspeitos. A violência é muitas vezes a resposta que a polícia dá quando confrontada com as cobranças da população frente à escalada do crime e, paradoxalmente, quanto maior esta violência, menor a confiança na polícia e menor o fluxo de informações da comunidade para os órgãos policiais.

### **Imagem da polícia: violência**

Associadas à ineficiência e à violência, as polícias brasileiras passam por uma séria crise de legitimidade. Inúmeros exemplos poderiam ilustrar esta afirmação mas talvez o mais sintomático seja o do temor da polícia, comparado ao temor dos bandidos. Em 1995, um terço dos entrevistados respondeu ter tanto ou mais medo da polícia que dos bandidos, proporção que se eleva para 56% após o episódio da Favela Naval em São Paulo. A desconfiança com relação às forças policiais é comum a vários países da região latino-americana, principalmente naqueles com passado autoritário recente. Segundo estudo preparado pelo BID, uma pesquisa realizada em Buenos Aires revelou que 19,3% da população teme mais a polícia do que os bandidos (37% entre os adolescentes) e 26% concordam com a afirmação de que os policiais estão entre os que mais delinquem (Smulovitz, 1999). Numa pesquisa feita em 1995 em El Salvador, 22% dos entrevistados respondeu que a polícia não respeita em absoluto os direitos e 33% que a polícia “às vezes” respeita. Em Caracas, nada menos que 75% dos familiares de vítimas de homicídio revelou desconfiar do envolvimento da polícia e 44% afirmava ter provas deste envolvimento. (BID, 1999).

**Tabela 1. “De quem você têm mais medo: da polícia ou dos bandidos?”.**

	1995	1997
Da polícia	12	23
Dos bandidos	68	42
De ambos na mesma proporção	18	33
De nenhum dos dois	1	1

DataFolha, 1995, 1997

No Brasil, este medo da polícia não é totalmente destituído de fundamentos, se considerarmos as elevadas cifras de pessoas mortas e feridas em confronto com as polícias: a se fiar nos dados de 2000, levando-se em conta que são cometidos no país anualmente cerca de 39.000 homicídios, as ações policiais teriam sido responsáveis por algo como 4% das mortes - patamar bastante inferior ao observado em alguns estados nos anos 90 mas ainda assim elevado.

A proporção de casos de agressão é certamente muito maior se levarmos em conta as estimativas de subnotificação. Pesquisa de vitimização realizada em 4 capitais com 2.800 entrevistados em 2002 revelou que, das vítimas de agressão, ao menos 8% dos autores pertencia a algum corpo policial.

**Tabela 2. Vitimização fatal por agentes da Polícia Militar**

Estado	Pessoas Mortas por Policiais Militares em Serviço 2000	Pessoas Mortas por Policiais Militares Fora de Serviço 2000	Pessoas Mortas por Policiais Militares - Total 2000
AC	0	0	0
AL			
AM	1	3	4
AP			
BA	88	20 (9)	108 (*)
CE			
DF	48	0	48
ES	34	12	46
GO			
MA	6	8	14
MG	48	20	68
MS	4 (3)	4 (4)	8 (*)
MT			
PA	24	11	35
PB	1	2	3
PE	36	15	51
PI	2 (2)		2 (*)
PR	52	46	98
RJ	248		248
RN	2	1	3
RO	3 (3)		3 (*)
RR	0	0	0
RS	4		4
SC			
SE			
SP	524	173	697
TO	2	0	2
BRASIL	1.127	315	1.442

(\*) Entre parêntesis, o número de meses em que está baseado o total, quando falta algum mês.

**Tabela 3. Vitimização não fatal por agentes da Polícia Militar**

Estado	Pessoas Feridas por Policiais Militares em Serviço, 2000	Pessoas Feridas por Policiais Militares Fora de Serviço, 2000	Pessoas Feridas por Policiais Militares - Total, 2000
AC	0	0	0
AL			
AM	6	5	11
AP			
BA	75	71	146
CE	125	65	190
DF	9	0	9
ES	36	45	81
GO			
MA	8	10	18
MG	109	121	230
MS	34	3 (2)	37
MT			
PA	17	13	30
PB	11	7	18
PE	30	21	51
PI	5 (4)	6 (3)	11
PR	197	61	258
RJ	149		149
RN	52	42	94
RO	90		90
RR	0	0	0
RS	225		225
SC			
SE			
SP	608	477	1085
TO	13	7	20
BRASIL	1.799	954	2.753
(*) Entre parêntesis, o número de meses em que está baseado o total, quando falta algum mês.			

A probabilidade de ser vitimado por agressão de autoria policial eleva-se substancialmente no caso dos homens (14%), dos pardos (13%) e cai drasticamente para as pessoas com renda familiar superior a R\$ 1600 mensais.

**Tabela 4. Pesquisa Esquisa de vitimização (Maio - Junho/2002)**

	Sexo		Idade			Raça				Renda				NS	
	%	M	F	16-	25-	41+	Wh	Mo	Bl	In	<4	<8	<16		16+
Não era policial	78	71	85	90	72	72	80	75	75	99	83	74	67	90	68
Policial militar	7	14	*	5	8	7	4	13	7	1	2	12	6	1	19
Outra força policial	1	1	*	-	-	3	1	*	-	-	1	2	-	-	-
Não sabe	14	14	15	5	19	18	15	12	18	-	14	13	27	10	13
Vítimas < 5 anos, n	215	107	108	69	95	51	113	64	31	6	36	71	29	56	22
Vítimas, n total	247	132	115	74	99	74	107	95	36	9	59	62	43	65	18

% = total da amostra

M = masculino

F = feminino

16- = 16=21 anos de idade

25- = 21-41 anos de idade

41+ = mais que 41 anos de idade

<4 = menos que R\$400.00 renda ao mês

<8 = menos que R\$800.00 renda ao mês

<16 = menos que R\$1600.00 renda ao mês

NS = não sabia

Assim, vimos que a imagem das polícias é afetada, por uma lado, pela imagem de violência vinculada a elas e que as agressões de autoria policial são comuns ao ponto de serem captadas por pesquisas de vitimização. Esta imagem de violência, ao contrário do que se imagina, não contribui para a melhoria da imagem de eficiência das forças policiais, como veremos no tópico a seguir.

### **Imagem da polícia: ineficiência**

Entre 1983 e 1988 o Idesp perguntou em 3 ocasiões aos paulistas sobre suas opiniões com relação a diversos serviços oferecidos localmente, possibilitando uma comparação dos serviços de policiamento com outras atividades do setor público. Em todos os anos, a ausência de “lugares de diversão e lazer” foi a categoria que recebeu a menor porcentagem de “bom” na avaliação popular. Logo após, “policiamento” aparece como a categoria com menor porcentagem de “bom”, com apenas 20 a 30% da população avaliando o serviço positivamente. Em outras palavras, entre os 10 serviços públicos avaliados, o policiamento aparece em nono lugar em todos os anos, apenas a frente dos serviços de diversão e lazer. Note-se ainda, pela última linha da tabela, que a avaliação média sobre os serviços fornecidos pelo poder público cai sistematicamente de 1993 para cá, embora volte a subir ligeiramente em 2002.

**Tabela 5. Opinião sobre os serviços fornecidos no bairro.**

Serviço	1983 % de bom	1985 % de bom	1988 % de bom	2000 % de bom, Ilanud	2002 % de bom, Ilanud
Lugares de diversão e lazer	19,8	13,5	16,2	16,6	22
Policiamento	23,9	28,6	34,4	20,9	21
Atendimento médico	41,9	34,9	37,6	23,0	25
Transporte coletivo	63,7	52,9	53,3	61,4	57
Conservação das ruas	51,7	47,2	54,4	31,3	34
Rede de esgoto	64,8	63,2	66,1	67,6	51
Serviço de limpeza	74,5	66,4	75,0	49,3	52
Iluminação	80,3	80,7	82,3	50,5	58
Fornecimento de água	83,1	87,4	85,3	82,9	78
Avaliação média					44,22

Fonte: Idesp, 1983, 1985, 1988 / Ilanud 2000, 2002.

### **O impacto do Policiamento Comunitário**

Diante deste quadro, a questão crucial a ser respondida portanto é se a introdução do Policiamento Comunitário afeta a imagem que a população faz da polícia, geralmente associada à ineficiência. Iniciativas como a da “polícia comunitária” são tentativas de superação desta imagem negativa e podem ser um instrumento importante para retomar o fluxo de informações da comunidade para a polícia, através dos meios legais, sem o recurso à violência e aos informantes profissionais.

Nos estudos citados no artigo de Wicoff sobre os efeitos de programas comunitários adotados pelas polícias de Houston e Newark, constatou-se a melhora na avaliação da polícia tanto ao nível de área quanto ao nível individual, no período posterior a implementação, em 3 dos 9 experimentos (Wicoff, 1986). Na Costa Rica, onde foi feito um projeto de avaliação do impacto da polícia comunitária em Hatillo, existem evidências dos efeitos positivos sobre as percepções de insegurança e sobre a imagem da polícia, quando comparados os resultados anteriores e posteriores à introdução do experimento (BID, 1999).

Todas as vezes que o Ilanud procurou avaliar a questão, a maioria dos entrevistados posicionou-se desfavoravelmente à atuação da polícia, principalmente no Rio de Janeiro.

**Tabela 6. Avaliação da Polícia entre 1992 e 2002**

	1992 (RJ)	1996 (RJ)	1997 (SP)	Pol. Comunitária 2000 (SP)	2002 - Ilanud
Polícia não está conseguindo controlar crime / não está fazendo um bom trabalho	76,8	71,0	51,5	62,1	61

Fonte: Ilanud. Pesquisas de Vitimização e Polícia Comunitária

A hipótese segundo a qual a satisfação com a atuação policial aumenta com a introdução do Policiamento Comunitário, foi amplamente confirmada pelos resultados<sup>1[1]</sup>. Com efeito, a proporção dos que avaliaram que a polícia faz um bom trabalho no controle do crime sobe de 31% para 49% entre os moradores dos bairros onde existe o Policiamento Comunitário e que conhecem esta modalidade de policiamento.

Entre os que desconhecem a iniciativa, todavia, a avaliação da polícia se mantém tão ruim quanto nos locais onde não existe o Policiamento Comunitário. Por fim, parece existir também uma satisfação ligeiramente maior no modo como a polícia lida com as queixas das vítimas nos bairros com Policiamento Comunitário e onde as pessoas conhecem o programa (54,8% versus 43,9%), ainda que as diferenças aqui não sejam estatisticamente significativas.

1. A associação entre Policiamento Comunitário e boa avaliação da polícia mantém-se forte e significativa, mesmo quando exercemos controle sobre o tipo de Cluster.

**Tabela 7. Avaliação da Polícia, por existência e conhecimento do Policiamento Comunitário**

	Tem Pol. Comunitária no bairro e pessoa conhece	Tem Pol. Comunitária no bairro mas pessoa não conhece	Não tem Pol. Comunitária
Opinião sobre os serviços fornecidos no bairro: policiamento bom. (Chi-Square 62,9; sig. > .000)	36,4	18,3	18,4
Polícia faz um bom trabalho de controle do crime na área. (Chi-Square 71,4; sig. > .000)	49,2	26,5	28,6
Polícia passa pela rua de carro ao menos uma vez ao dia. (Chi-Square 23,5; sig. > .009)	59,2	42,2	45,7
Polícia passa pela rua a pé pelo menos uma vez ao dia. (Chi-Square 89,8; sig. > .000)	21,7	7,5	7,3
De um modo geral, você ficou satisfeito com a maneira como a polícia lidou com a queixa? (Chi Square 7,14; sig > .128)	54,8	30,4	43,9

Fonte: Ilanud

Os dados revelam que a avaliação da atuação da polícia, tradicionalmente ruim, melhora sensivelmente com a introdução do Policiamento Comunitário, mas apenas e tão somente quando a população do local tem conhecimento do fato. A avaliação da polícia é tão ruim nos bairros onde existe o Policiamento Comunitário quanto nos bairros onde ela não existe para aqueles que a desconhecem. A melhora da avaliação da atuação da polícia passa portanto não somente pela instauração das bases mas também e principalmente pela divulgação do experimento entre os moradores do bairro.

A pesquisa encontrou, de um modo geral, uma opinião bastante favorável à polícia comunitária entre aqueles que residem em locais com bases e que afirmaram conhecer o programa. Entre estes, 65% avaliou que o programa de Policiamento Comunitário vem funcionando bem ou muito bem no bairro e 55% que se sentia mais seguro por causa do programa. O Policiamento Comunitário diminuiu a criminalidade local para 60% dos entrevistados. Por conta desta percepção positiva, nada menos que 88% dos entrevistados disseram que o programa de Policiamento Comunitário deveria ter continuidade no bairro – exatamente a mesma proporção encontrada por Trojanowicz em 1985.

A polícia militar de São Paulo fez também uma pesquisa com 820 pessoas para avaliar as impressões da comunidade e dos policiais a respeito do Policiamento

Comunitário<sup>2[2]</sup>. Na pesquisa feita pela própria PM - e que por isso deve ser interpretada com certo cuidado – 72,3% diz-se satisfeito com o policial comunitário de sua região, 77% dos entrevistados afirmou que o Policiamento Comunitário trouxe mais segurança e 92% acha que o trabalho deve prosseguir. Mesmo que os resultados estejam algo enviesados em favor da polícia, eles claramente confirmam a imagem positiva da polícia comunitária encontrada em nossa pesquisa. (Relatório Técnico 001/EMCPM/99) A comparação que os entrevistados fizeram entre o Policiamento Comunitário e o tradicional, revela contudo alguns aspectos interessantes na percepção do programa e que precisam ser melhor trabalhados. Como indica a tabela abaixo, a comparação com a polícia tradicional é favorável em todos os quesitos investigados, exceto o da “eficiência”.

**Tabela 8. Comparação entre polícia comunitária e “tradicional”**

	Polícia Comunitária	Polícia Tradicional
Mais educada	56,9	7,2
Mais prestativa	56,0	10,5
Mais violenta	0,6	60,2
Mais corrupta	0,6	42,1
Mais eficiente	14,5	32,4

Fonte: Ilanud

A polícia comunitária recebe uma avaliação visivelmente superior a polícia tradicional quando analisada em termos de educação, disponibilidade, violência e corrupção; Porém, a população parece ainda associar a idéia de eficiência aos métodos de trabalho convencionais. Trojanowicz encontrou resultados semelhantes nas pesquisas em Flint, nas quais a população avaliou positivamente o patrulhamento a pé quando se tratava de prevenção ao crime, encorajar a população a proteger-se, trabalhar com a juventude e dar satisfações sobre as reclamações da população. Mas quando se tratava de responder aos chamados ou investigar as circunstâncias do crime, a comparação favorecia ao patrulhamento convencional e motorizado. A hipótese do autor é que esta percepção se deve ao

2. Relatório técnico nº 001/EMCPM/99. A pesquisa foi feita entre 16 de março e 23 de abril de 1999, com 820 integrantes da comunidade, residindo ou trabalhando em regiões abrangidas pelas bases operacionais. Não existem maiores informações sobre amostragem ou metodologia com que foi feita, de modo que é preciso ter cuidado ao interpretar seus resultados. Sabe-se, por exemplo, que 70% dos entrevistados tinha o 2º grau, o que não corresponde ao perfil educacional da população paulista. Além disso, enquanto na nossa pesquisa um dos filtros era residir pelo menos há 2 anos no bairro, na pesquisa da PM 63% dos entrevistados não residiam no bairro. É provável que os próprios policiais e não pesquisadores treinados tenham aplicado o questionário, o que implica num viés em favor da polícia.

tempo de resposta rápido que o policiamento tradicional oferece nos casos de chamados urgentes. Adicionaria também a isto o fato de que as ações do policiamento tradicional são muito mais visíveis para a população do que o trabalho de longo prazo e preventivo realizado pelo policial comunitário, cujos efeitos não são diretos e imediatos.

No Brasil, particularmente, parece haver também uma associação entre eficiência policial e uso da violência no trato com os marginais, favorecendo deste modo a noção de que eficiência no combate ao crime significa apenas perseguir, prender e mesmo matar criminosos. É certo também que a eficiência do Policiamento Comunitário na redução das taxas de criminalidade não ficou definitivamente estabelecida. Mas não deixa de ser algo contraditório o fato da maioria absoluta dos moradores desejar a continuidade do programa, ao mesmo tempo em que atribui maior eficiência no combate ao crime ao patrulhamento tradicional. As respostas à continuidade ou não do programa talvez fossem outras se as duas modalidades de policiamento fossem apresentadas como alternativas excludentes.

O programa de Policiamento Comunitário foi pensado pela polícia como uma forma de melhorar a imagem da polícia, entre outros objetivos. Esta imagem negativa da polícia, como já demonstrei em outro trabalho, é especialmente forte entre os mais jovens e os não brancos no Brasil, assim como constato em outras pesquisas (Kahn, 1999). Isto se deve ao fato da polícia visar especialmente a estes grupos em sua ação, dado o estereótipo policial do envolvimento desproporcional destas parcelas da população com o crime. Não brancos e jovens, apontam as pesquisas de vitimização, são mais parados e agredidos física e verbalmente pela polícia. Nesta pesquisa, da mesma forma, o percentual de entrevistados que qualificou como “bom” o serviço de policiamento prestado no bairro (20,9%) cai entre os jovens de 16 a 24 anos para 16,6%. A proporção dos que se sentiram satisfeitos com a maneira com que a polícia lidou com as queixas sobre crimes cai de 44% para menos da metade (20,7%) consideradas apenas as respostas dos negros. A avaliação de que a polícia vem fazendo um “bom trabalho” no controle da criminalidade local reduz-se de 31,2% a 24% entre os mais jovens. Jovens são também os que mais afirmam que a polícia “nunca passa pela rua”, seja de carro (14,2%) ou a pé (75,3%), o que é um indicador de insatisfação com a atuação institucional. Os negros foram, finalmente, os mais indiferentes (10,4% contra 4,2% na amostra total) quando questionados se gostariam que o Policiamento Comunitário existisse no bairro onde vivem. Ressalte-se ainda que, entre os não brancos, os mulatos expressaram muito mais críticas ao trabalho policial do que os negros.

A polícia comunitária, não obstante contribuir para a melhora da imagem da polícia como um todo, não conseguiu superar este problema com jovens e minorias, que continuam a manifestar uma visão proporcionalmente pior da polícia do que os demais grupos. A porcentagem de pessoas que diz ter tido um bom atendimento quando precisou do policial comunitário (19,4%) cai entre os negros (14,7%) e entre as pessoas na faixa de 16 a 24 anos (13,6%). Apenas 12,1% dos entrevistados responderam que o funcionamento do Policiamento Comunitário no bairro estava indo mal ou muito mal, porcentagem que se eleva para 14,1% entre os jovens de 16 a 24 e para 21,9% entre os negros. Nas questões que comparavam as duas polícias, os jovens responderam mais do que os demais que “nenhuma” das polícias é educada ou prestativa. Negros responderam mais do que os demais que “ambas” as polícias são violentas e mulatos que “ambas” são corruptas (39,1%, contra 27,2% na amostra). Não brancos e jovens, finalmente, responderam mais do que os demais que “nenhuma” das polícias é eficiente. Estes resultados mostram que, mesmo tendo melhorado a imagem da polícia, é preciso trabalhar melhor as relações com os não-brancos e jovens, que ainda mantém uma imagem negativa da polícia.

### **Sentimento de insegurança**

Sentimento de segurança e taxas de criminalidade, como muitas pesquisas já mostraram, não andam necessariamente juntas. O modo como as pessoas de informam sobre o crime, o tipo e a quantidade de crimes apresentados pelos meios de comunicação, o grau de confiança na polícia, o aspecto físico da comunidade e muitos outros fatores influenciam este sentimento, além das taxas de criminalidade. Dado este descolamento, tanto é possível o aumento da sensação de insegurança apesar do decréscimo das taxas de criminalidade quanto o fenômeno inverso: e, se a população sente-se insegura não obstante a diminuição dos índices de criminalidade estamos diante de um problema de segurança pública.

Não se trata apenas de um problema de cunho subjetivo, sem conseqüências para a realidade: o sentimento de insegurança favorece o endurecimento da política de segurança pública, faz com que as pessoas saiam menos de casa, consumam menos, vivam sob um estado de tensão permanente, invistam recursos na sua proteção quando poderiam estar gastando de outra maneira. Dessa forma toda economia da comunidade pode ser afetada pela impressão de crescimento da violência.

Nas quatro pesquisas de vitimização e na pesquisa de 2000 o Ilanud incluiu nos questionários uma bateria de questões para avaliar o sentimento de segurança da população. A comparação temporal sugere o crescimento do sentimento de

insegurança nas duas grandes capitais, ainda que a pesquisa de 2000 feita em São Paulo não seja totalmente comparável as anteriores e com a posterior.

**Tabela 9. Sentimento de segurança, entre 1992 e 2002**

	1992 (RJ)	1996 (RJ)	1997 (SP)	Pol. Comunitária 2000 (SP)	2002 (SP, RJ, VT, RE)
Sente-se inseguro depois que escurece	58,3	81,6	48,7	65,1	57
Evita locais / pessoas	67,1	74,2	43,0	65,9	57

Fonte: Ilanud. "Por favor, tente lembrar da última vez que você foi passear depois de escurecer em sua vizinhança, por qualquer motivo. Você ficou longe de certas ruas e locais ou evitou certas pessoas por razões de segurança?" Ilanud, 1992, 1996, 1997, 2000, 2002

Na medida em que a confiança na atuação da polícia é um dos fatores que influenciam o sentimento subjetivo de insegurança, um estilo de policiamento que inspire maior confiança por parte da população e diminua a sensação de insegurança - mesmo que as taxas de criminalidade não se alterem - traz resultados positivos, na medida em que baixar o sentimento de insegurança é por si só um dos objetivos legítimos de uma política de segurança pública. A maioria dos estudos que avaliaram o Policiamento Comunitário chegou a conclusão de que este tipo de policiamento diminui a sensação de insegurança na população. Em duas ocasiões Trojanowicz perguntou aos moradores de Flint se se sentiam mais seguros por causa do programa de patrulhamento a pé em ambas a maioria dos entrevistados respondeu positivamente (Trojanowicz, 1996). O policial comunitário parece mais presente e acessível na medida em que a comunidade sabe quem ele é e onde encontrá-lo numa situação de emergência. A mera existência de uma base fixa contribui para isso.

Uma das hipóteses da pesquisa afirmava que, "nos bairros onde existe o Policiamento Comunitário, será menor o medo do crime do que nos bairros controle. Os resultados da pesquisa confirmam a hipótese inicial, mas apenas para as pessoas que moram nos bairros onde existem bases e que conhecem a existência das bases. O sentimento de insegurança daqueles que moram em bairros onde existem as bases mas não as conhecem é muito parecido aos dos que moram em bairros onde não existem bases. Em outras palavras, para reduzir o sentimento de insegurança na comunidade é preciso não apenas instalar as bases mas também fazer com que elas sejam conhecidas.

Cerca de 25% da amostra declarou sentir-se "muito insegura", quando perguntamos como se sentiam ao andarem sozinhas pela vizinhança depois que escurece. Esta porcentagem cai para 18,7% entre aqueles que moram em bairros

com bases e conhecem as bases e para 24,1% entre os que moram nestes locais mas não conhecem as bases. A proporção de "muito inseguro" aumenta para 26,4%, por sua vez, para os moradores de bairros onde não existem bases. O mesmo fenômeno é observado quando perguntamos se as pessoas evitam certos locais e pessoas, por segurança, quando andam sozinhas pela vizinhança aos escurecer:

**Tabela 10. Sentimento de segurança, por existência e conhecimento do Policiamento Comunitário**

	Tem Pol. Com. no bairro e pessoa conhece	Tem Pol. Comunitária no bairro mas pessoa não conhece	Não tem Pol. Comunitária
Sente-se muito inseguro andando sozinho na vizinhança ao escurecer (Chi-Square 10,0; sig. > .124)	18,7	24,1	26,4
Nunca vai para a rua sozinho depois que escurece (Chi-Square 12,4; sig. > .053).	5,6	9,1	11,7
Chance elevada de ser assaltado na rua / bairro nos próximos 12 meses. (Chi-Square 3,1; sig > .790)	24,1	24,2	25,0

Fonte: Ilanud

Como pode ser notado pela magnitude dos coeficientes de associação, o efeito do Policiamento Comunitário sobre o sentimento de insegurança não é tão nítido quanto o efeito sobre a avaliação da atuação da polícia. Os coeficientes são bem menores e a questão sobre as chances de ser assaltado nos próximos meses não revela uma diferença estatisticamente significativa entre os três grupos. Não obstante, como o sinal da associação esteve sempre no sentido esperado (menor insegurança onde existem bases e estas são conhecidas) e indícios de associação linear entre as variáveis, nossa interpretação geral é de que os resultados confirmam a hipótese de que o Policiamento Comunitário reduz o sentimento de insegurança nas comunidades onde é aplicado.

Resultados muito parecidos foram encontrados na pesquisa da Costa Rica, citada no estudo do BID: a proporção de pessoas que se sentem inseguras quando caminham pelo bairro caiu de 28% para 12% um ano após a introdução da polícia comunitária. A porcentagem dos que evitam sair de noite por questões de segurança reduziu-se de 53 para 23% no ano seguinte.

### Confiança na polícia e notificação de crimes

A desconfiança na polícia é o resultado desta imagem tradicional de ineficiência e brutalidade associadas à instituição. E, quanto maior o descrédito na polícia, menor a propensão por parte dos cidadãos em colaborar com a polícia, mesmo tendo sido vítimas de crimes. Diversas pesquisas alertaram para o problema da subnotificação das estatísticas oficiais de criminalidade, que registram uma parcela dos crimes que vitimam a população. Este percentual de subnotificação varia conforme a metodologia utilizada na pesquisa, sendo comparáveis apenas os resultados das pesquisas realizadas pelo Ilanud, que utiliza a metodologia padrão do Unicri. O quadro abaixo serve apenas para dar uma idéia da magnitude das cifras negras e não deve ser interpretado como uma variação temporal do fenômeno.

**Tabela 11. Subnotificação de crimes, entre 1972 e 2002**

	1972 (RJ)	1988 IBGE	–	1992 (RJ - Ilanud)	1996 (RJ - ISER)	–	1996 (RJ - Ilanud)	–	1997 (SP - Ilanud)	2002 (SP, RJ, VT, RE)
Não	39,5	67,5		73,4	79,6		71,5		68,2	72,8

Fonte: “O Sr. ou pessoas de sua família comunicaram o fato à polícia ?” (ICPSR, 1972)/ “Recorreu à polícia no último incidente” IBGE, 1988. / ISER, 1996 / Ilanud, 1992, 1996, 1997, 2000, 2002

Na pesquisa atual de avaliação do Policiamento Comunitário introduzimos questões sobre vitimização e notificação de crimes apenas no intuito de testar a hipótese de que “nos bairros onde existe o Policiamento Comunitário, as taxas de subnotificação de crimes serão menores do que nos bairros controle”.

Uma vez que a notificação de crimes varia, entre outros fatores, com a avaliação da eficácia da atuação policial e dado que, como ficou comprovado, o Policiamento Comunitário afeta positivamente a avaliação da eficiência policial, esperávamos encontrar uma maior notificação de crimes nos bairros onde existem bases de Policiamento Comunitário. Os resultados da pesquisa, porém, não confirmaram a hipótese inicial neste caso: as taxas de vitimização e de notificação não sofreram qualquer efeito com a introdução do experimento, como pode ser visto na tabela abaixo:

**Tabela 12. Vitimização e notificação, por existência e conhecimento do Policiamento Comunitário**

	Tem Pol. Comunitária no bairro e pessoa conhece	Tem Pol. Comunitária no bairro mas pessoa não conhece	Não tem Pol. Comunitária
Foi vítima de crimes nos últimos 5 anos. (Chi-Square 8,0; sig. .018)	45,4	42,7	37,1
Deu queixa a polícia (Chi-Square 1,5; sig. .817)	51,6	54,1	53,4

Fonte: Ilanud

Não somente os coeficientes de associação são baixos e não significativos como vão no sentido contrário ao esperado, com taxas de vitimização maiores e de notificação menores nos bairros onde existem bases e entre as pessoas que conhecem a iniciativa. A literatura que avaliou o impacto do Policiamento Comunitário sobre as taxas de criminalidade e de vitimização não encontrou qualquer evidência segura de que esta modalidade de policiamento altere significativamente os índices de criminalidade, com exceção de algumas contravenções menores, de modo que não esperávamos encontrar uma diminuição nos níveis de vitimização, tanto mais que a implementação do Policiamento Comunitário em São Paulo é ainda recente e incompleta. Novamente aqui, é interessante ressaltar a similaridade com os resultados da pesquisa realizada na Costa Rica, que concluiu que “la puesta em marcha de um modelo de polícia comunitária há tenido impacto sobre las percepciones de los niveles de seguridad y sobre la imagen de la policía, pero parece no haber tenido impacto sobre las probabilidades de ser víctima de um delito” (BID, 1999).

Conforme a avaliação de Chinchilla, “este (a vitimização) es el aspecto en donde menos impacto obtuvo el proyecto, al menos en su primer año de funcionamiento. Antes de su ejecución, el instrumento de medición reportó un índice de victimización del 36,3%. Un año después, dicha tasa bajó al 35,7%, lo que considerando el margen de error no supone variación alguna”. (Chinchilla, 1999) .

No entanto, a ausência de efeitos sobre a notificação de crimes foi uma surpresa, levando-se em conta o resultado de outras pesquisas e a conclusão desta mesma pesquisa de que esta modalidade de atuação afeta positivamente a imagem da polícia.

Uma possível explicação para esta ausência de impacto sobre as taxas de notificação reside na estrutura bipartida das polícias brasileiras. Em todos os

estados onde foi iniciado, o Policiamento Comunitário tem sido uma experiência predominantemente executada pela polícia militar. Por outro lado, é na polícia civil que são feitas a imensa maioria das notificações de crime. É possível imaginar, portanto, que os efeitos positivos do Policiamento Comunitário sobre a imagem da polícia afetem apenas a polícia militar, não alterando deste modo os níveis de notificação, uma vez que a imagem de eficiência da polícia civil pode não ter sofrido alterações substanciais. Se esta hipótese estiver correta, é possível que tenha ocorrido um aumento dos chamados ao COPOM nos bairros com Policiamento Comunitário, bem como nas queixas feitas diretamente aos policiais, nas ruas, refletindo apenas na PM os efeitos positivos sobre a imagem da polícia.

A pesquisa traz de fato alguns indícios de que pode ter havido uma *mudança na forma como a queixa é feita*, antes do que na magnitude da notificação: das pessoas que notificaram crimes de que foram vítimas a polícia, 74% o fez registrando o fato no Distrito Policial enquanto 25% deu a queixa pelo 190 ou contatando o policial ou viatura diretamente na rua. Todavia, nos bairros onde existe Policiamento Comunitário o percentual de queixas feitas no Distrito cai para 68,3%, enquanto aumenta para 28,6% a porcentagem de queixas feitas por telefone ou contato direto com o policial. Kessler reporta que, com o passar do tempo, nos locais com Policiamento Comunitário os chamados a polícia diminuem, pois as pessoas esperam para falar com o policial comunitário sobre seus problemas pessoalmente ou porque os moradores começam a resolver e mediar seus conflitos informalmente (Kessler e Duncan, 1996).

O mesmo fenômeno parece estar ocorrendo nos bairros com Policiamento Comunitário. Caso a hipótese seja verdadeira, num primeiro momento teríamos um aumento nos chamados ao serviço de despacho de viaturas logo após a introdução do Policiamento Comunitário, seguido de uma queda nos meses subseqüentes, tal como previsto no experimento de Houston.

Tão interessante quanto inquerir sobre a imagem que a população tem da polícia, é atentar para a percepção dos próprios policiais, tal como fizemos nesta pesquisa com 1200 policiais militares de São Paulo em 2002. Entre outras questões, perguntamos aos policiais como, na visão deles, a população avaliava o trabalho da polícia militar e em especial do policiamento comunitário.

**Tabela 13. Percepção de trabalho das Polícias Militares**

Como você acha que a comunidade avalia o trabalho da polícia militar?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	A comunidade está satisfeita com o trabalho	108	8,8	8,8	8,8
	A comunidade não está satisfeita com o trabalho	421	34,2	34,2	43,0
	nem satisfeita nem insatisfeita	532	43,2	43,3	86,3
	não sabe/ não informa	169	13,7	13,7	100,0
	Total	1230	99,9	100,0	
Missing	não informa	1	,1		
Total		1231	100,0		

Do ponto de vista da auto-estima do policial – elemento importante para o exercício de qualquer profissão - é preocupante o fato de que apenas 8,8% acharem que a comunidade está satisfeita com o desempenho da PM. Um terço reconhece a insatisfação da população com relação aos serviços prestados e 43% avalia que a população não está nem satisfeita nem insatisfeita com o mesmo.

**Tabela 14. Percepção de trabalho das Polícias Comunitárias**

Como você acha que a comunidade avalia o trabalho da polícia comunitária, em particular?					
		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	A comunidade esta satisfeita com o trabalho	234	19,0	19,0	19,0
	A comunidade não está satisfeita com o trabalho	299	24,3	24,3	43,3
	Nem satisfeita nem insatisfeita	460	37,4	37,4	80,7
	não sabe	238	19,3	19,3	100,0
	Total	1231	100,0	100,0	

É interessante notar que, quando falamos especificamente da avaliação do trabalho da polícia comunitária, aumenta sensivelmente a proporção de policiais que acham que a comunidade esta satisfeita (19%). Os policiais reconhecem, portanto, na nova modalidade de policiamento, uma elemento favorável frente a opinião pública.

Isto ajuda a explicar o apoio ao policiamento comunitário de metade dos policiais, bem como o apoio condicional de outro terço dos entrevistados, Visto pela outra ponta, apenas 16% dos policiais acha que o policiamento comunitário não

deveria continuar, o que é um claro sinal de apoio, ainda que não irrestrito, ao programa.

**Tabela 15. Comparação entre Polícia comunitária e Polícia Tradicional**

QUALIDADES AVALIADAS-POL.COM.	Pol. Comunitário (sim)	Pol. Comunitário (não)	% total	X <sup>2</sup>	SIG.
Mais prestativa para a população	50,6%	39,6%	43,7%	15,38	,004*
Mais educada	53%	42,9%	46,6%	10,03	,018*
Mais eficiente no combate ao crime	21,4%	17,9%	19,2%	7,74	,052*
Mais perigosa para o policial	26,5%	29%	28,1%	6,60	,086
Mais “dura” de se trabalhar	28,8%	23,6%	25,6%	6,25	,100
Mais sujeita à corrupção	8,9%	10,3%	9,8%	5,16	,271
Mais sujeita à violência	19,7%	16,3%	17,6%	2,32	,208

\* sig > .05

Vimos que a população mantém em geral uma visão bastante positiva do policiamento comunitário, exceto talvez no que diz respeito ao quesito “eficiência” – e que muitos policiais partilham desta mesma percepção. Mas mesmo no meio policial existe ainda uma grande desconfiança com relação a nova filosofia comunitária, talvez por uma resistência natural das organizações as mudanças.

Metade dos policiais acredita que o policiamento comunitário atribui mais responsabilidade ao policial de rua mas apenas 20% acha que atribui mais “autoridade”. Isto provavelmente tem relação com a imagem ainda comum de que o PC é uma polícia “light”, que é “mole” com os bandidos.

**Tabela 16. Percepção entre Policiais**

A polícia comunitária: (concorda muito)	Pol. Comunitário (sim)	Pol. Comunitário (não)	% total d	X <sup>2</sup>	SIG.
É “mole” com os criminosos	20,7%	25,0%	23,4%	4,72	,316
É uma “polícia light”	33,6%	33,4%	33,5%	4,66	,198
Atribui mais autoridade ao “policial de rua”	22%	17,4%	19,1%	3,49	,322

\* sig > .05

No que diz respeito às diferenças entre policiais que fazem parte do policiamento comunitário e os demais, elas existem principalmente com relação a compreensão do papel do PC no atendimento de chamadas e realização de prisões, ao potencial do PC para solucionar os problemas de insegurança pública; em geral

os policiais que fazem parte do programa acham que tem mais responsabilidade e discordam proporcionalmente mais de que seja um tipo de policiamento elitista.

Embora em geral os participantes do programa tenham uma visão mais positiva do policiamento comunitário do que os não participantes, chama a atenção a inexistência de diferenças significativas de opiniões em muitas questões e o fato de muitos policiais comunitários ainda partilharem de uma visão pouco clara do sentido do programa.

### **A análise por patente**

Se as diferenças entre policiais que fazem ou não parte do programa de policiamento comunitário foram muitas vezes pequenas, chama a atenção as enormes diferenças de opinião quando comparamos os diversos segmentos da Polícia Militar. Na maior parte das vezes, trata-se de um fenômeno linear, isto é, as opiniões estão alinhadas segundo uma certa ordem, que segue precisamente a hierarquia policial. Por vezes a linearidade é quebrada com a opinião dos sargentos, que ora tendem a concordar mais com os oficiais, ora a assumir as posições dos cabos e soldados, o que se deve certamente ao seu papel de ligação entre as praças e o oficialato.

A idéia do policiamento comunitário foi claramente comprada pelos oficiais e em alguma medida também pelos sargentos. Mas parece encontrar alguma resistência entre cabos e soldados. Apesar de serem minoria os que julgam o policiamento comunitário como mais eficiente no combate ao crime, esta percepção é desposada principalmente pelos oficiais (34,4%), em contraste com 17,8% de soldados que pensam desta maneira. São os oficiais e sargentos que avaliam o policiamento comunitário como mais satisfatório do ponto de vista pessoal e da carreira, mais prestativos e educados para a população. Entre soldados e cabos, a idéia é de que o policiamento comunitário é mais sujeito à violência e à corrupção, mais perigoso para o policial e duro de se trabalhar do que o policiamento tradicional. Se há portanto alguma resistência a idéia do policiamento comunitário dentro da polícia, ela vem principalmente dos estratos inferiores da carreira, que são precisamente os que tem a responsabilidade de implementar nas ruas o novo policiamento.

**Tabela 17: Por patente- comparação entre polícia comunitária e polícia tradicional**

QUALIDADES AVALIADAS- POL.COM.	soldado	cabo	sargento	oficiais	X <sup>2</sup>	SIG.
Mais eficiente no combate ao crime	17,8%	16,5%	26,1%	34,4%	36,62	,000*
Mais satisfatória, do ponto de vista pessoal	33,4%	37,7%	55,2%	59,7%	36,13	,000*
Mais prestativa para a população	38,9%	44%	55,5%	58,7%	27,81	,001*
Mais sujeita à violência	18,1%	18%	15%	12,5%	26,70	,002*
Mais perigosa para o policial	29,6%	26,9%	18%	17,2%	25,27	,003*
Mais sujeita à corrupção	10,9%	12,4%	7,4%	8,2%	18,37	,031*
Mais educada	42,6%	47,5%	49,1%	60,9%	17,85	,037*
Mais satisfatória, para a carreira policial	31,3%	33,5%	43%	46,9%	16,89	,050*
Mais “dura” de se trabalhar	26,1%	25,5%	20%	22%	9,72	,373

\* sig > .05

O mesmo fenômeno pode ser observado quando desagregamos por patente as demais percepções sobre o policiamento comunitário. Para boa parte dos soldados, cabos e sargentos, é uma polícia “light”, mole com os criminosos e elitista, que vai acabar com a mudança do governo. Trata-se de uma tática de relações públicas para melhorar a imagem da polícia e que retira autoridade do policial. É entre os oficiais que claramente o modelo tem mais adeptos: um policiamento que atende chamadas e faz prisões como os demais, que atribui mais responsabilidade e autoridade ao policial de rua. É digno de nota que mesmo entre os oficiais prepondera a noção de que o PC é uma tática de relações públicas (43%) e que o elemento principal do programa é a construção da base (20%) mas, de modo geral, entre eles é bem melhor o conhecimento do que seja o programa e bem maior o apoio a ele.

**Tabela 18. Por patente – opiniões com as quais os entrevistados concordam muito**

A POLÍCIA COMUNITÁRIA:	soldado	Cabo	sargento	oficiais	X <sup>2</sup>	SIG.
É uma “polícia light”	34,9%	38%	23,9%	4,8%	64,53	,000*
É “mole” com os criminosos	25,1%	25%	17,5%	3,2%	29,54	,001*
Atribui mais autoridade ao “policial de rua”	15,9%	17,8%	22,6%	32,8%	18,15	,033*

\* sig > .05

A pesquisa deixa claro que existe ainda um fosso entre as opiniões e percepções de praças e oficiais quando se trata do policiamento comunitário e que entre os primeiros a percepção do programa é bem mais negativa.

### **Conclusões**

A diminuição da criminalidade é o que a população mais espera da polícia. A polícia, por sua vez, também imagina ser esta sua maior missão e acredita, em sua maior parte, que pode contribuir para este resultado. Existem dúvidas sobre até que ponto a polícia pode ou não, por si só, diminuir a criminalidade e estas dúvidas são ainda maiores com relação à polícia comunitária.

Em toda a literatura que avaliou o Policiamento Comunitário, poucos foram os exemplos onde se constatou resultados inequívocos de redução da criminalidade. Isto significa que o policiamento tradicional – focado no controle do crime, patrulhamento ostensivo direcionado ou aleatório, respostas rápidas a chamados telefônicos, investigação criminal, etc. – não deve, de modo algum, ser deixado de lado e simplesmente substituído pelo Policiamento Comunitário. As diversas modalidades de policiamento talvez não sejam alternativas excludentes e sejam adequadas, cada qual a sua maneira, para objetivos diferentes.

Mesmo supondo que os efeitos da introdução do Policiamento Comunitário sejam principalmente subjetivos – melhora da avaliação da polícia e diminuição do medo – estes efeitos, por si só, já justificariam a existência deste tipo de policiamento, sem falar das outras vantagens adicionais como a diminuição da violência policial e incentivador da participação e organização comunitária. O medo, como vimos, traz conseqüências práticas para o indivíduo e para a comunidade, sendo preciso enfrentá-lo como um problema em si mesmo. A localização estratégica de viaturas, a orientação para que as luzes fiquem acesas todo o tempo, a orientação para que os policiais trabalhem sozinhos ou em duplas ao invés de em grupos, a construção de postos e bases fixas em locais de grande circulação de pedestres, são todas iniciativas que objetivam dar maior visibilidade à polícia e reduzir o medo na população.

Por outro lado, se é verdade que a polícia comunitária nem sempre é mecanismo eficaz para a redução do crime, por outro lado, seu potencial de violação aos direitos dos cidadãos é muito menor, quando comparada ao policiamento convencional. Na literatura, é raro encontrar caso de agressões, tortura ou homicídios que tenham sido cometidos por policiais envolvidos no Policiamento Comunitário, entre outras razões em função do maior envolvimento do profissional com a população local, seu perfil psicológico e o treinamento recebido.

Estes itens - aumento da confiança da população na polícia, diminuição dos casos de abusos policiais, incentivo à participação da comunidade, aumento na auto-estima e satisfação no trabalho entre os policiais - precisam seriamente ser levados em consideração em qualquer tentativa de avaliação que se faça do Policiamento Comunitário no Brasil. Algumas destas vantagens adicionais do Policiamento Comunitário não foram abordadas na pesquisa mas são claramente pontos a favor do programa. Estes são fatores que nem sempre foram considerados nas avaliações feitas em outros países, porque as corporações policiais das nações desenvolvidas já atuam, na maior parte dos casos, dentro dos parâmetros de uma polícia democrática, que respeita os direitos básicos da população.

Nos países desenvolvidos a polícia pouco tortura ou utiliza seu poder letal no combate ao crime, de modo que as questões giram quase que exclusivamente em torno de sua eficiência. No Brasil e outras sociedades latino-americanas, o Policiamento Comunitário deve ser pensado, por outro lado, não apenas como um instrumento de eficiência no combate ao crime, mas também como um modelo de policiamento democrático, que substitua o medo por uma relação de confiança mútua entre polícia e sociedade. Esta confiança, por sua vez, é a base para o policiamento eficaz, pois a informação sobre crimes e criminosos, que é a base do trabalho de investigação policial, só é fornecida voluntariamente pelos cidadãos se estes respeitam e confiam na polícia que tem.

## **Bibliografia**

- Barkan, Steven E. *Criminology - a sociological understanding*. Prentice Hall, New Jersey, 1997.
- Bayley, David H. *Police for the Future*. Oxford University Press, New York, 1994.
- Beato, Cláudio. "Ação e Estratégia das Organizações Policiais". Paper apresentado durante o segundo seminário Polícia e Sociedade Democrática, Rio de Janeiro, 11 de junho de 1999.
- Carvalho, José Murilo de (coordenador). *Lei, Justiça e Cidadania: direitos, vitimização e cultura política na região metropolitana do Rio de Janeiro*. CPDOC-FGV / ISER, 1997.
- Cerqueira, Carlos Magno Nazareth (org.) *Do Patrulhamento ao Policiamento Comunitário*. Fundação Ford / Freitas Bastos Editora, Rio de Janeiro, 1998.
- Chinchilla M, Laura. *Polícia de Orientación Comunitaria – Una Adecuada Alianza entre Policía Y Comunidad para Revertir la Inseguridad*. Chile, 1999.
- Cintra, Marcos. "Condições Deploráveis". Folha de S. Paulo, tendências e debates: "o Policiamento Comunitário está sendo adequadamente implantado em SP?".
- Dias Neto, Theodomiro. *Police Accountability and Community Policing*. Tese de Mestrado, Universidade de Wisconsin, 1992.
- Greene, Jack e Mastrofski, Stephen (editores). *Community Policing – rhetoric or reality*. Praeger Publishers, New York, 1988.
- Gullo, Álvaro de Aquino e Silva. *O Policial Militar do Estado de São Paulo: caracterização e análise sócio-econômica*. FFLCH da USP, Mimeo. Setembro de 1992.
- Instituto Gallup de Opinião Pública. *Relatório dos Trabalhos de Pesquisa sobre Imagem da Polícia no Estado de São Paulo, realizado a pedido da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo*. Setembro de 1993.
- Kahn, Tulio. *Pesquisas de Vitimização*. Revista do Ilanud n° 10, São Paulo, 1998.
- Kahn, Tulio. *Ensaio sobre Racismo*. Ed. Conjuntura, São Paulo, 1999.
- Kahn, Túlio. *Cidades Blindadas*. Editora Sicurezza, São Paulo, 2000.
- Kahn, Túlio. *Velha e Nova Polícia*. Editora Sicurezza, São Paulo, 2002.
- Kessler, David e Duncan, Sheila. "The Impact of Community Policing in four Houston Neighborhoods." *Evaluation Review*, Vol. 20, nº6, Dezembro de 1996. Sage Publications.
- Lanier, Mark e Davidson II, Willian. "Methodological Issues Related to Instrument Development for Community Policing Assessments." *Police Studies* Vol. XVII, nº4, 1994.

- McElroy, Jerome E.; Cosgrove, Colleen A. e Sadd, Susan. CPOP: The Research. An Evaluation Study of the New York City Community Patrol Officer Program. The Vera Institute of Justice, NY, 1990.
- Mesquita Neto, Paulo de. "Regras da Democracia", Folha de S. Paulo, tendências e debates: "o Policiamento Comunitário está sendo adequadamente implantado em SP?".
- Moore, Mark H. "Research Synthesis and Policy Implications", 1994.
- Moore, Mark H. e Alpert, Geoffrey P. Measuring Police Performance in the New Paradigm of Policing". Performance Measures for the Criminal Justice System.
- Muniz, Jacqueline e Musumeci, Leonarda. "Resistências e Dificuldades de um Programa de Policiamento Comunitário". In: Tempo Social; Ver. Sociologia da USP. USP, S.Paulo, 9(1): 197-213, maio de 1997.
- Neild, Rachel. Temas y Debates en la Reforma de la Seguridad Publica - Policía Comunitaria. WOLA, 1998.
- Palmiotto, Michael e Donahue, Michael. "Evaluating Community Policing: problems and prospects." Police Studies Vo. 18, nº 2, 1995.
- Pastore, José; Rocca, Denise e Pezzin, Liliana. Crime e Violência Urbana. FIPE, São Paulo, 1991.
- Polícia Militar do Estado de São Paulo. "Relatório Técnico Nº 001/EMCPM/99 Policiamento Comunitário – pesquisas nas Cias do Grupo 1, do Projeto de Implantação do Policiamento Comunitário, objetivando avaliar o estado atual do projeto". Mimeo, São Paulo, 1999.
- Polícia Militar do Estado de São Paulo. "Aspectos que dificultam a Implantação do Policiamento Comunitário em São Paulo – Situação Atual – Maio de 1999", Segurança Pública como Tarefa do Estado e da Sociedade. Konrad Adenauer Stiftung, série Debates nº 18, 1998.
- Sherman, Lawrence. What Works, What Doesn't, What's Promising: a report to the United States Congress, National Institute of Justice, 1998.
- Trojanowicz, Robert e Pollard, Bonnie. Community Policing: the line officer's perspective. National Neighborhood Foot Patrol Center. Community Policing Series nº 11. Michigan State University, 1996.
- Trojanowicz, Robert; Steele, Marilyn e Trojanowicz, Susan. Community Policing: a taxpayer's perspective. National Neighborhood Foot Patrol Center. Community Policing Series nº 7. Michigan State University, 1996.
- Waller, Irvin; Welsh, Brandon C. e Sansfaçon, Daniel. Crime Prevention Digest 1997: successes, benefits and directions from seven countries. International Centre for the Prevention of Crime, Montreal, 1997.

Wyckoff, Mary Ann. "The Benefits of Community Policing: evidence and conjecture", In: Greene, Jack e Mastrofski, Stephen (editores). *Community Policing – rethoric or reality*. Praeger Publishers, New York, 1988.